

Falta de verba causa atraso tecnológico

Campinas
Agência Estado

A crescente redução das verbas de financiamento para pesquisas em ciência e tecnologia nas universidades brasileiras pode levar o Brasil a um perigoso atraso tecnológico de difícil recuperação. A conclusão é dos participantes do encontro "Universidades, Ciência e Tecnologia: situação atual e perspectivas".

"As pesquisas das universidades brasileiras estão seriamente ameaçadas porque dependem de recursos externos", analisa o coordenador da Coordenadoria Executiva das Atividades Administrativas da Universidade de São Paulo (USP), Luís Carlos Menezes. Ele cita como preocupantes as seguidas reduções de verbas dos órgãos financiadores do governo, como o Conselho Nacional de Pesquisas e Desenvolvimento (CNPQ) e a Financiadora Nacional de Estudos e Projetos (FINEP). Levantamento recente revela que as verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foram reduzidas em 88% nos últimos 15 anos, passando de US\$ 250 milhões em 1975 para US\$ 30 milhões em 90.

Jatene e Fiúza assinam amanhã convênio para NE

Brasília
Agência Estado

Os ministros da Saúde, Adib Jatene, e da Ação Social, Ricardo Fiúza, assinam a manhã, na sede da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em Recife, os quatro primeiros convênios dentro do programa emergencial de saneamento contra a cólera no Nordeste. Os primeiros beneficiados serão os Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Maranhão. Segundo a coordenadora da Comissão de Saneamento do Ministério da Saúde, Mara Oliveira, esses são os Estados que se encontram em pior situação. "Os outros também deverão assinar convênios na próxima semana, mas ainda dependem de acertados orçamentários", informou.

Pelo convênio, os ministérios e a Sudene se responsabilizam pela garantia de 70% do custo de cada programa, restando a cada Estado dar uma contrapartida de 30% do total.

Estado do Pará é recordista em desmatamentos no Brasil

Arquivo/CT

Por Liana John
São José dos Campos
Agência Estado

Em 1991, foram derrubados 3.780 quilômetros quadrados de florestas no Estado do Pará, um terço da área desmatada em toda a Amazônia brasileira, no mesmo período (11.130 quilômetros quadrados). Com isso, o Pará ainda é o Estado recordista em desmatamentos, mas segue a tendência geral de queda no ritmo das derrubadas (veja tabela). A tendência também vale para o Mato Grosso, Rondônia e Maranhão, em segundo, terceiro e quinto lugares no ranking dos desmatamentos.

O quarto lugar no ranking é do Amazonas, um dos poucos Estados a apresentar aumento na taxa anual de derrubadas. Em 1991, foram desmatados 980 quilômetros quadrados, quase o dobro do que os amazonenses derrubaram em 1990. Os outros Estados onde houve aumento dos desmatamentos são Roraima e Amapá. No Amapá, os desmatamentos crescem ano a ano: em 89 foram 130 quilômetros quadrados, em 90 outros 250 e em 91 mais 410 quilômetros quadrados.

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Márcio Barbosa, observa que os números do Amapá devem ser ponderados. "Em 1990, as imagens de satélite do Amapá tinham muitas nuvens, que atrapalharam o cálculo das áreas", diz ele. "Em 1991, obtivemos imagens em nuvens e pudemos calcular melhor. Isso quer dizer que os 410 quilômetros quadrados de desmatamentos verificados no Amapá podem corresponder em parte a 1990", disse Barbosa. Ainda assim, os desmatamentos são crescentes e deveriam merecer a atenção das autoridades ambientais. As áreas desmatadas no Amapá já se comparam aos 380 quilômetros quadrados verificados no Acre e aos 440 quilômetros quadrados registrados no Tocantins, Estados onde o problema é mais conhecido e combatido.

Os números dos desmatamentos nos Estados amazônicos foram divulgados pelo INPE, em São José dos Campos, a 86 quilômetros de São Paulo, durante o World Forest Watch, evento relacionado à Rio 92.



Queimadas: prática comum no desmatamento

Taxa anual de desmatamentos por estado (Km²)

Estado	78 a 89	87-88 a 89	89 a 90	90 a 91	Área total desmatada de 78 a 91
Acre	620	540	550	380	10.700
Amapá	60	130	250	410	1.700
Amazonas	1.510	1.180	520	980	23.200
Maranhão	2.450	1.420	1.100	670	36.200
Mato Grosso	5.140	5.960	4.020	2.840	86.500
Pará	6.990	5.750	4.890	3.780	108.200
Rondônia	2.340	1.430	1.670	1.110	34.600
Roraima	290	630	150	420	4.200
Tocantins	1.650	730	580	440	23.400
Amazônia	21.130	17.860	13.810	11.130	328.700

Obs.:

1. A taxa anual de desmatamento de 1978 a 1989 é uma média. Para saber o desmatamento absoluto durante o período é preciso multiplicar pelo número de anos. Por isso a área total desmatada é maior do que a soma das colunas desta tabela.

2. Nos Estados do Pará e Maranhão existem áreas desmatadas há mais de cem anos, algumas em processo de recuperação, algumas ainda ocupadas. No total, estas áreas de desmatamento muito antigas representam equivalente a 97.600 quilômetros quadrados, não incluídos na tabela acima.